

# DA MATERIALIDADE À RELATIVIZAÇÃO: CONSTRUTIVISTAS, PÓS-ESTRUTURALISTAS E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

*FROM THE MATERIALITY TO THE RELATIVIZATION:  
CONSTRUCTIVIST, POSTSTRUCTURALIST AND CON-  
STRUCTION OF THE REALITY*

*Wagner Martins dos Santos*<sup>1</sup>  
PUC/Minas

## **Resumo**

Embora tanto a abordagem construtivista quanto a pós-estruturalista tenha despontado nas Relações Internacionais a partir da década de 1990, a linha tênue que separa as duas vertentes teóricas e como ambas interpretam a construção da realidade é bastante díspar. Este artigo, tendo em vista a crescente importância das duas teorias em tempos onde os acontecimentos internacionais desafiam a lógica puramente material e racional dos fatos, analisa as divergências entre elas e como cada uma concebe a construção da realidade: o construtivismo com a crença de que a realidade é socialmente construída, e o pós-estruturalismo mostrando que é através da prática discursiva que as coisas são representadas e ganham sentido.

## **Palavras-chave**

Construtivismo. Pós-estruturalismo. Construção da realidade.

## **Abstract**

*Although both constructivist approach and post-structuralist has dawned in international relations after the 1990s, the thin line that separates the two theoretical issues and how both interpret the construction of reality is quite disparate. This article, in view of the growing importance of the two theories in times where international events defy merely material logic and rational facts, analyzes the differences between them and how each sees the construction of reality: constructivism with the belief that the reality is socially constructed, and post-structuralism is*

---

<sup>1</sup> Atualmente é Mestrando pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. Possui graduação em Relações Internacionais pela Faculdade Estácio do Recife e MBA em Gestão de Negócios pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC. O autor é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Atua, sobretudo, nas seguintes áreas: teorias pós-modernas de Relações Internacionais, soberania, terrorismo e o pensamento filosófico de Jacques Derrida. Contato: wagnermnds18@gmail.com.

*showing that through the discursive practice that things are represented and gain meaning.*

**Keywords**

*Constructivism. Post-structuralism. Construction of reality.*

## O construtivismo como meio-termo

Comumente inserido dentro das análises pós-modernas, o construtivismo se distancia dos pressupostos positivistas, que analisam pelo viés puramente racional os fatos. Mas ao mesmo tempo não compartilha de todos os princípios pós-positivistas de relativização dos fatos e acontecimentos internacionais. Dessa forma, embora inserido dentro das críticas pós-positivistas, não compartilha de toda a relativização dos fatos, se julgando, assim, um meio-termo (ADLER, 1997; ZEHFUSS, 2002). O sucesso do construtivismo - apesar das críticas<sup>2</sup> - como um legítimo rival do neorrealismo e do neoliberalismo, advém justamente de sua posição como um meio-termo nas análises teóricas das RI. Nem compartilha de um racionalismo puro e empírico, e nem sucumbe às críticas radicais do pós-estruturalismo (GUZZINI, 2013). Daí resulta a importância em destacarmos o fato de ser um elo entre as abordagens teóricas. Adler (1997) ressalta esse fato e explica:

O construtivismo está no meio termo porque se interessa em entender como os mundos *material*, subjetivo e intersubjetivo interagem na construção social da realidade, e porque, mais do que considerar exclusivamente como as estruturas constituem as identidades e os interesses dos agentes, ele pretende também explicar como, antes de tudo, os *agentes individuais* constroem socialmente essas estruturas. Consequentemente, o construtivismo pertence ao centro da matriz, no ponto denso em que todas as linhas se intersectam<sup>3</sup> (ADLER, 1997, p. 330, tradução nossa, grifo do autor).

---

<sup>2</sup> A exemplo, Zehfuss (2002).

<sup>3</sup> Texto original em inglês: Constructivism seizes the middle ground because it is interested in understanding how the material, subjective and intersubjective world interact in the social construction of reality, and because, rather than focusing exclusively on how structures constitute agent's identities and interests, it also seeks to explain how individual agents socially construct these structures in the first place. Consequently, constructivism belongs in the center of the matrix, the dense dot where all the lines intersect.

Sendo, então, um meio-termo, Wiener (2003) ressalta este fato, explicando a capacidade do construtivismo de, apesar de se distanciar dos pressupostos puramente racionais, conseguir dialogar com ambos os lados.

Figura 1 - O meio-termo construtivista



Fonte: Adaptado de WIENER, 2003, p. 257.

Por ser considerado um meio-termo, há uma tendência em considerar o construtivismo junto com o pós-estruturalismo numa mesma perspectiva reflexivista, mas a linha tênue que separa os pressupostos é crucial para se entender a perspectiva construtivista, bem como sua contribuição para se analisar os fenômenos das relações internacionais e a construção da realidade. O centro do debate construtivista: “[...] não é sobre ciência versus interpretação literária ou ‘relatos’, mas sobre a própria natureza da ciência social [...]”<sup>4</sup> (ADLER, 1997, p. 320, tradução nossa). O construtivismo abandona a concepção naturalista da ciência como sendo baseada em princípios físicos e se aproxima de uma abordagem de ciência social que é, em sua essência, social, e como tal, não se limita a regras estáticas, mas mutáveis constantemente. Ao mesmo tempo que não nega a existência de uma realidade, acredita que ela não seja imutável,

<sup>4</sup> Texto original em inglês: “[...] the core of the debate about Constructivism is not science versus literary interpretation or ‘stories’ but the nature of the social science itself [...]”.

estática; nós a construímos e modificamos constantemente através da interação social. Para entender essa mutabilidade dos atores e sua capacidade constante de escolhas, Waldrop (1992) exemplifica: suponhamos que uma pedra seja arremessada ao ar de forma aleatória. Ela só poderá ter uma resposta às forças físicas que atuam sobre ela. No entanto, se arremessarmos um pássaro ao ar, ele pode responder de diversas maneiras. Embora as mesmas forças físicas atuem sobre a pedra e sobre o pássaro, o comportamento de ambos se diferencia substancialmente.<sup>5</sup>

Adler (1997), complementando este exemplo, sugere:

Finalmente, pegue um grupo de pessoas, uma ou várias nações e metaforicamente arremesse-os ao ar. Para onde, como, quando e por que eles vão não é inteiramente determinado por forças ou constrangimentos físicos; no entanto, do mesmo modo não depende inteiramente de preferências pessoais e escolhas racionais. Depende também de seu conhecimento compartilhado, do significado coletivo que eles atribuem à situação, de sua autoridade e legitimidade, das leis, instituições e recursos naturais que eles usam para achar seu caminho, de suas práticas, ou mesmo, algumas vezes, de sua criatividade conjunta<sup>6</sup> (ADLER, 1997, p. 321, tradução nossa).

Enquanto realistas, neorrealistas e neoliberais explicam as relações internacionais como respostas às forças que atuam nos atores a partir de um ambiente externo e alheio às suas vontades, os

---

<sup>5</sup> Este exemplo está em Waldrop (1992, p. 232).

<sup>6</sup> Texto original em inglês: Finally, take a group of people, a nation, or various nations and metaphorically toss them in the air. Where they go, how, when and why, is not entirely determined by physical forces and constraints; but neither does it depend solely on individual preferences and rational choices. It is also a matter of their shared knowledge, the collective meaning they attach to their situation, their authority and legitimacy the rules, institutions and material resources they use to find their way, and their practices, or even, sometimes, their joint creativity.

construtivistas relativizam essas ações, e buscam trazer a dinâmica social para dentro das análises (ADLER, 1997, 2013). Wiener (2003) e Christiansen, Jorgensen e Wiener (1999) ainda reforçam que o fato de o construtivismo se aclamar um meio-termo entre as abordagens permite que a teoria seja capaz de dialogar com ambos os lados.

## **O argumento construtivista**

O entendimento a respeito de que a ‘realidade é socialmente construída’ se constitui no principal argumento construtivista (BERGER; LUCKMANN, 1991). Em torno dele, todas as demais alegações convergem. O aporte sociológico construtivista e o entrecruzamento entre ‘realidade’ e ‘conhecimento’ são justificados pela relatividade social com que a teoria trata os fenômenos. O que é ‘real’ para uma pessoa pode não ser para outra. A necessidade do aporte sociológico se dá em virtude da observação de que há diferenças substanciais entre as sociedades em termos de conhecimento e como ele se constitui. E para os construtivistas, esse conhecimento, capaz de produzir a convergência de vários entendimentos sociais, só se dá de forma coletiva, não individual. A realidade de todos os dias é construída de forma intersubjetiva, mediante o compartilhamento do conhecimento com os demais (BERGER; LUCKMANN, 1991; FIERKE, 2013; POULIOT, 2004).

A chave para se entender esse processo, de acordo com o construtivismo, está no interacionismo simbólico. De um modo geral, pode-se dizer que o interacionismo simbólico é uma perspectiva que permite entender como os indivíduos interpretam as coisas e as outras pessoas com que interagem, e como essa interpretação orienta o comportamento individual em situações específicas (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010; ZEHFUSS, 2002). Segundo Blumer (1986), três premissas são cruciais para entender o interacionismo simbólico: (1) os seres humanos agem, em sua relação com as coisas, mediante o significado que elas têm para eles. Isso inclui tudo o que circunda o homem no mundo -

objetos físicos (árvores, cadeiras); outros seres humanos - pai, mãe, uma vendedora de loja, os amigos e inimigos; instituições - escolas, governo, igreja; todos eles orientam as ideias e ações individuais e coletivas na vida diária; (2) o significado das coisas é derivado mediante a interação social que as pessoas têm ambas com as outras; (3) esses significados são modificados através de um processo interpretativo usado pela pessoa na forma como ela lida com as coisas que encontra.

O aporte sociológico da abordagem construtivista nos leva a considerar outro ponto importante: essa ‘realidade socialmente construída’ mediante a interação, bem como o compartilhamento intersubjetivo que cimenta a vida social só é possível mediante um nevrálgico fator - a linguagem. Searle (1995) explica que a linguagem é essencialmente constitutiva da realidade. É impossível ter estruturas como dinheiro, casamento, governo e propriedade privada sem alguma forma de linguagem e os símbolos que seriam parte constitutiva dessas estruturas, dotando-as de sentido. E se os fatos requerem linguagem, então a linguagem requer outra linguagem que possa dota-la de sentido, e então teríamos regras infinitas que circulariam, interagindo e dando significado às coisas. Daí a ênfase que o mundo é uma ‘construção social’ e não dado naturalmente (SEARLE, 1995).

Para entender o que os construtivistas entendem por ‘construção social’, três pontos devem ser destacados, a saber: (1) a ideia de construção social sugere diferentes atores em diferentes contextos, ao invés de uma única realidade objetiva. Construtivistas têm procurado explicar como é possível ocorrer a mudança em nível macro, internacional. As teorias tradicionais em RI assumem a não-variação no tempo e espaço em relação aos Estados, além de priorizar as similitudes e regularidades com o objetivo da generalização. Em sentido oposto, construtivistas mostram a importância de se analisar os contextos históricos para se entender os conflitos e a cooperação, tanto em tempos de paz, quanto em guerra; (2) construtivistas enfatizam a dimensão social nas relações

internacionais, e demonstram a importância das normas,<sup>7</sup> regras e da linguagem nesse processo. No caso do fim da Guerra Fria (GF),<sup>8</sup> por exemplo, mais do que fatores materiais, seu fim se deu por questões ideacionais; a importância das normas de intervenção humanitária e da expansão dos valores democráticos como necessários para o crescimento econômico conseguem explicar melhor o seu fim do que os fatores materiais; e (3) construtivistas argumentam que, longe de ser uma realidade objetiva, a política internacional é *o mundo que nós fazemos*<sup>9</sup> (ONUF, 1989, p. xi, tradução nossa). Em resposta ao excesso de estruturas criadas pelos neorrealistas e neoliberais, os construtivistas enfatizam a noção de agência (agentes).<sup>10</sup> Isso não significa inferir que os agentes são completamente livres para fazer o que querem, mas que o processo de interação permite a multiplicidade de escolhas com os outros.<sup>11</sup> Nisso reside a afirmativa de que as relações internacionais são uma construção social, e não existem independente das ações humanas. Estados e demais atores não se limitam a agir de forma cíclica e racional, mas interagem constantemente, modificando e ressignificando o mundo (FIERKE, 2013).

Os pontos centrais da análise construtivista nos levam a

---

<sup>7</sup> De acordo com Checkel (1998), normas são entendimentos coletivos que dirigem o comportamento dos atores. Normas não são definidas por fatores materiais, embora ajudem a defini-los. Para os construtivistas, os agentes (Estados) e as estruturas (normas globais) são mutualmente constituídos.

<sup>8</sup> Para os construtivistas, o fim da Guerra Fria mostrou que o mundo não é fixo e não obedece a leis naturais imutáveis. O mundo não existe independente das ações humanas (GUZZINI, 2013).

<sup>9</sup> Texto original em inglês: *World of our making*.

<sup>10</sup> É importante destacar que os neorrealistas e neoliberais também lidam com a questão dos agentes, assim como os construtivistas, mas a forma como as teorias lidam difere: para os primeiros, os agentes são impotentes, para o segundo, são relevantes para criar e modificar a percepção do mundo.

<sup>11</sup> Guzzini (2013) reforça este alerta, e explica que é um erro achar que os construtivistas, pelo fato de defenderem que o mundo é o que fazemos dele, poderíamos construir qualquer mundo de acordo com a nossa própria vontade. O autor alerta que a construção dos significados atribuídos ao mundo é intersubjetiva e coletiva, e não meramente individual.

considerar que a história é fruto das ações humanas - das práticas sociais. Embora concordem que o ambiente em que os agentes tomam decisões seja material, e que esse fator importe, ele só possui significado dentro de um contexto em que está inserido (CHECKEL, 1998; COPELAND, 2006; REUS-SMITH, 2005). É esse contexto e a percepção dos agentes nele que dotará as estruturas de significados (BIERSTEKER; WEBER, 1996; CHECKEL, 1998). Um arsenal nuclear nas mãos da Coreia do Norte provoca uma reação aos EUA diferente de um arsenal nuclear nas mãos do Canadá, por exemplo. Embora a estrutura bélica seja a mesma (o arsenal), a percepção atribuída a cada um e o potencial de utilização de tal recurso material é diferente.

Se a história é fruto das ações humanas, os construtivistas nos fazem considerar outro pressuposto importante: os entendimentos coletivos como base para as mudanças sociais. Adler (1997) explica que até mesmo as instituições mais duradouras são baseadas em entendimentos coletivos; elas foram reificadas pela consciência humana, difundidas, consolidadas até que fossem tidas como necessárias e inevitáveis. A capacidade de ação humana possui grande impacto sobre a forma como os atores sociais significam o mundo material de forma coletiva. E são esses entendimentos coletivos que fazem as pessoas serem como são (POULIOT, 2004).

Contudo, é importante destacar que os entendimentos coletivos são consolidados por intermédio da chamada intersubjetividade. Mas o que seria a intersubjetividade? Segundo Adler (1997), os significados intersubjetivos não são apenas um conjunto de crenças dos indivíduos que professam de forma coletiva. Mais do que isso, seria um conhecimento compartilhado por todos, e que se comprometem com essas práticas no intuito de reproduzi-las. Esse conhecimento intersubjetivo está preso às rotinas e práticas sociais. Eles definem a própria realidade social (ADLER, 1997). Já Guzzini (2013) complementa e explica que a intersubjetividade é melhor entendida através de uma analogia com a linguagem. Os idiomas, por exemplo, não passaram a existir sem o avanço da comunicação. Eles não existem independente de sua

utilização, caso contrário nunca teriam existido. Os idiomas existem em consonância com os significados compartilhados dos usuários e reproduzidos através de suas práticas. A linguagem não é privada, mas intersubjetiva e coletiva.

Se levarmos o argumento construtivista para o âmbito das ações estatais, notamos claramente a prática do interacionismo simbólico, explicado anteriormente. Elas (as ações estatais) só são possíveis mediante um contexto social intersubjetivo. Atores desenvolvem sua relação com os outros mediante as normas e práticas. Na ausência destas, o exercício do poder, bem como suas ações, seria desprovido de sentido. Só há sentido nas coisas, na ‘realidade’ se houver um entendimento coletivo do que elas são e como são. Quando não há consenso intersubjetivo, o objeto carece de sentido, e as bases que sustentariam seu significado inexistem (HOPF, 1998). É nesse sentido que Hopf (1998) completa: “*Relações estáveis entre os Estados requer identidades intersubjetivas que sejam duráveis o suficiente para assegurar padrões previsíveis de comportamento*”<sup>12</sup> (HOPF, 1998, p. 174, tradução nossa). Os interesses estatais não seriam sempre os mesmos, mas fruto das práticas sociais que mutualmente constituem agentes e as estruturas.<sup>13</sup>

## **Pós-estruturalismo e a crítica às verdades fundacionais**

Emergindo das críticas ao estruturalismo, o pós-estruturalismo encontra suas raízes na filosofia desenvolvida por

---

<sup>12</sup> Texto original em inglês: Durable expectations between states require intersubjective identities that are sufficiently stable to ensure predictable patterns of behavior.

<sup>13</sup> Para o Construtivismo, o poder das práticas é o poder de produzir significados intersubjetivos em uma estrutura social. Os significados das ações dos membros de uma determinada comunidade se tornam fixos mediante as práticas constantes destes. Por sua vez, as práticas têm o poder de reproduzir comunidades, incluindo a comunidade internacional. A política externa, por exemplo, é um tipo de prática social, pois define competências sociais e assegura as fronteiras estatais que diferenciam o que é doméstico do que é internacional (HOPF, 1998).

alguns pensadores desde a década de 1960. A soma dos componentes desenvolvidos por Derrida, Deleuze, Lyotard, Foucault, Kristeva, Nietzsche, Baudrillard, Heidegger, entre outros, se constitui no principal aporte teórico do pós-estruturalismo. O prefixo “pós”, todavia, não nos pode levar a considerar uma ruptura ou total exclusão com os preceitos estruturalistas. O próprio Jacques Derrida, um dos nomes mais relevantes da abordagem pós-estrutural interpreta o “pós” da expressão “pós-estruturalismo” como algo que vem depois no intuito de ampliar o estruturalismo, colocando-o na direção certa (PETERS, 2000). Sturrock (2003), nesse sentido, afirma:

O pós-estruturalismo não é ‘pós’ no sentido de este ter eliminado o estruturalismo, é ‘pós’ somente no sentido de vir depois e ter buscando ampliar o estruturalismo em sua direção correta. O pós-estruturalismo é uma crítica ao estruturalismo feita a partir de seu interior: isto é, ele volta alguns dos argumentos do estruturalismo contra o próprio estruturalismo e aponta certas inconsistências fundamentais em seu método, consistências que os estruturalistas ignoraram<sup>14</sup> (STURROCK, 2003, p. 122-123, tradução nossa).

E Peoples e Vaughan-Williams (2010) completam: “*Derrida não argumentava contra ou ‘criticava’ Saussure.*<sup>15</sup> *Ao contrário, ele trazia a questão do atraso temporal para o estruturalismo de Saussure em relação à produção de significados da linguagem*”<sup>16</sup> (PEOPLES; VAUGHAN-

---

<sup>14</sup> Texto original em inglês: Post-structuralism is not ‘post’ in these sense of having killed Structuralism off, it is ‘post’ only in the sense of coming after and of seeking to extend Structuralism in its rightful direction. Post-structuralism is a critique of Structuralism conducted from within: that is, it turns certain of Structuralism’s arguments against itself and points to certain fundamental inconsistencies in their method which Structuralists have ignored.

<sup>15</sup> Ferdinand de Saussure, através de seu livro Curso de linguística geral (2006), fixou as bases do estruturalismo, que seria posteriormente revisitado por Jacques Derrida.

<sup>16</sup> Texto original em inglês: Derrida did not argue against or ‘critique’ Saussure.

WILLIAMS, 2010, p. 64, tradução nossa).

Por sua vez, a abordagem tem o estudo acerca do conhecimento humano como sua principal ferramenta de análise dos fenômenos. Esse é o fio condutor das análises pós-estruturais. É importante destacar que o conhecimento humano, no caso do pós-estruturalismo, não significa incorrer num estruturalismo, para o qual se poderia chegar a um conhecimento seguro através de um mapeamento das estruturas com rigor e metodologia científica. Para o pós-estruturalismo, o conhecimento escapa, atravessa a racionalidade, e não se prende às suas margens (PETERS, 2000; WILLIAMS, 2006; ZEHFUSS, 2013).

Nem mesmo o núcleo de uma determinada análise é confiável, significativa e mais importante do que está fora das fronteiras. Isso porque a distinção clara entre o que está dentro dos limites de uma análise do que está fora não é possível. A crítica a esta distinção básica (Inside/Outside) leva o pós-estruturalismo para muito além dos anseios estruturalistas. O conhecimento estruturalista trata a mudança apenas quando as estruturas observadas se alteram. No entanto, apesar de considerar essa possibilidade, a busca constante é sempre no sentido de analisar os padrões repetitivos e generaliza-los para se chegar a um porto seguro de compreensão dos fenômenos e transforma-los em leis (PRZEWORSKI; TEUNE, 1982; WILLIAMS, 2006). Derrida (1995) já criticara esse anseio estruturalista: “*Ser estruturalista é prender-se em primeiro lugar à organização do sentido, à autonomia e ao equilíbrio próprio, à constituição acabada de cada momento, de cada forma; é recusar deportar para a categoria de acidente aberrante tudo o que um tipo ideal não permite compreender*” (DERRIDA, 1995, p. 47).

O pós-estruturalismo acaba sendo uma abordagem radical ao analisar o conhecimento humano, como ele é produzido na sociedade e sua relação com a realidade. O limite, o núcleo duro de algo é desprezado em favor de uma expansão das fronteiras que limitariam o conhecimento. Mas o que essa crítica em favor de uma

---

Instead, he brought the issue of temporal delay to Saussure's structuralist account of the production of meaning in language.

expansão significa? Significa que qualquer forma de conhecimento considerado bom ou moral é quase sempre feito amparado em determinados limites, e não podem ser entendidos separados dele. São esses limites que permitiriam a concreta validação de uma afirmativa sobre algo. O núcleo, as fronteiras, seriam um esteio seguro: a verdade de uma nação estaria em suas fronteiras, nos limites onde é possível a proliferação de uma comunidade política, por exemplo. Já a verdade da mente humana estaria onde ela conseguisse provar, através do poder da ciência, o que seria certo ou errado, e qual o caminho ótimo a ser seguido (WILLIAMS, 2006).

Nenhuma análise pós-estruturalista define limites como algo cognoscível, ou seja, passível de ser conhecido em sua inteireza. Assim incorreria no mesmo erro estruturalista de se obter núcleos duros da verdade dos fatos. Cada pensador, para o pós-estruturalismo, é capaz de definir seus próprios limites do que considera verdadeiro, real. Mas embora pareça simples, até isso varia e é controverso, pois se concordam que não há verdade ou realidade pura, na própria base utilizada para se construir determinada ‘verdade’, já estaria inclusa a sua própria ruína e fracasso. O limite é, portanto, algo incompreensível que só pode ser abordado através de constantes rupturas e mudanças (ZEHFUSS, 2013).

Mas, então, se o limite pode ser abordado por intermédio de rupturas e mudanças, como isso ocorre? Pós-estruturalistas traçam os efeitos do limite como ‘diferença’. Mas a diferença não é no sentido estruturalista de coisas identificáveis, mas sim no sentido de variações abertas, processos de diferenciação. Enquanto para os estruturalistas a mudança incorre numa possível ruptura com uma verdade outrora construída, para os pós-estruturalistas essa ruptura é a própria construção do conhecimento. Como efeito, tem-se transformações, mudanças e reavaliações. O objetivo é o de transformar o núcleo e mudar o que outrora seria fixo e perene (WILLIAMS, 2006).

Em outras palavras, o que o pós-estruturalismo propõe não é dar respostas finais sobre algo, mas mostrar que, na prática, o que

parece ser simples e estrutural esconde e impede novas reivindicações. Não se trata de argumentos pautados pela observação individual ou coletiva que vise a estabilização conceitual. A ausência de estabilização é que permitiria justamente que algo se mantivesse estável. A vontade é a da busca constante, porém sem verdades definitivas à vista. O pós-estruturalismo é constantemente revivido pela abertura ao novo, à diferença. Qualquer certeza absoluta e universal incorre fatalmente em erro (BEST; KELLNER, 1991; MENDES, 2008; WILLIAMS, 2005).

Entretanto, o pós-estruturalismo não pode ser reduzido a um conjunto de pressupostos compartilhados, ou um método, uma teoria. Segundo Peters (2000), devemos nos referir a ele como um movimento de pensamento - uma rede complexa que molda diferentes formas de crítica. O pós-estruturalismo é interdisciplinar, e se apresenta das mais múltiplas e diversas formas.

Outro ponto consensual entre os autores pós-estruturalistas diz respeito ao papel exercido pelas pessoas (sujeito) nas relações sociais. O sujeito cartesiano, conforme explica Edkins (1999) é caracterizado pela centralidade, consciência e racionalidade, e descarta o que o coloca em dúvida, buscando sempre a ‘verdade’ que ele julga ser. Descartes (1998), por exemplo, em sua afirmação clássica: *“Eu penso, logo existo”*<sup>17</sup> (DESCARTES, 1998, p. 21, tradução nossa), reafirma a centralidade humana a despeito de seus valores e crenças pessoais e comunitárias. O sujeito é separado de influências externas e não se deixaria influenciar por significados alheios às suas concepções do mundo.

Em sentido oposto, pós-estruturalistas invertem a lógica cartesiana do sujeito ao entenderem que nada é fixo e permanente. A subjetividade permite uma constante transformação através de um processo contínuo de relacionamento com os meios sociais construídos pela interação. O sujeito se torna descentralizado,<sup>18</sup> e as

---

<sup>17</sup> Texto original em inglês: I think, therefore I am,

<sup>18</sup> Para exemplificar como a descentralização do sujeito ocorre, Edkins (1999) utiliza a teoria feminista como exemplo. O sujeito cartesiano ideal seria “branco, protestante, homem e heterossexual”, e essas características o

estruturas que, para os cartesianos são idealizadas de forma racional, passam a ser desconstruídas e consideradas apenas como perspectivas (EDKINS, 1999).

É importante destacar, contudo, que o fato de o sujeito cartesiano ser descartado, não significa que o pós-estruturalismo incita uma rejeição a si mesmo (ao sujeito). A questão levantada é que não se pode enxergar o ser humano longe dos contextos históricos, linguísticos e de suas experiências adquiridas. Nossa relação com as coisas não é separada dos diversos contextos. Quando nós achamos, por exemplo, que o nosso pensamento, o nosso “eu” é mais certo que o dos demais, estamos refletindo uma limitação contextual, social, das causas externas e alheias ao nosso contexto. Somos levados a considerar a nossa consciência como uma presença verdadeira. E essa presença, como explica Derrida (1973), não é separada dos limites externos, da linguagem que usamos, das experiências sociais e formas de conhecimento. Daí resulta o que o autor chama de impossibilidade de presença pura (DERRIDA, 1973; WILLIAMS, 2006; ZEHFUSS, 2002). E se formos além na inversão da lógica cartesiana, entenderemos que ao contrário de moldar o contexto, é o contexto que cria o sujeito. A lógica é inversa.

Para Derrida, o mundo não pode funcionar na base de pressupostos logocêntricos.<sup>19</sup> O resultado de sua crítica aponta

---

diferenciariam dos demais. Em sentido oposto, feministas retiram a noção do sexo como diferencial capaz de separar o que seria ‘do homem’ do que seria ‘da mulher’. Feministas colocam a questão de gênero de forma neutra, pois entendem que, ao diferenciar, estruturas de dominação são criadas por quem detém o monopólio ideológico que, nesse caso, seria do homem. Ao quebrar as hierarquias e estruturas nas quais o sujeito é amparado, há um choque de estruturas e uma nova abordagem é lançada, tirando a estabilização, característica básica cartesiana. A mudança provoca a interação, característica das abordagens pós-positivistas.

<sup>19</sup> Para Derrida (1973) o logocentrismo: “[...] é uma metafísica etnocêntrica, num sentido original e não “relativista” (DERRIDA, 1973, p. 98, destaque do autor). O logocentrismo parte do pressuposto de que existe um sujeito racional, que seria dono de sua própria vontade e reprodutor dela, não de forma relativa, mas objetiva e científica. Seus discursos seriam dotados de uma característica

fundamentalmente em relação aos diferentes conceitos do ‘real’ ou da ‘realidade’ e como ela é representada. Para ele, ainda que houvesse uma ‘realidade’ ou algo que possa ser aclamado ‘real’, nós nunca teríamos acesso a ele, a não ser através das nossas representações. Com efeito, o que nós conceituamos como ‘real’ é, na verdade, um efeito das representações. É a necessidade humana em ter algo que possa ser palpável, comprovável, verdadeiro. E no desejo de provarmos que as nossas ideias, por exemplo, fazem um determinado sentido, seguem uma lógica, expressões como “mostrar”, “revelar”, “tornar claro/lançar luz sobre”, entre outros, visam demonstrar como essas ideias estariam em concordância com a presença ‘real’. Nesse ponto, ao analisar a questão da ‘metafísica da presença’ o que Derrida chama atenção é o fato de considerarmos a representação sempre inferior ao ‘real’, à presença, ao que conseguimos ver. Há, portanto, uma clara diferença entre presença e ausência, identidade e diferença, dentro e fora. A presença serviria como uma rocha segura para nossos pensamentos apenas se pudermos torna-la pura e absoluta. Derrida, contrariando esse pensamento denominado por ele como logocêntrico, afirma que não haveria uma presença pura (DERRIDA, 1973; ZEHFUSS, 2002).

A natureza radical e controversa do pós-estruturalismo acarretou uma série de críticas à abordagem. Williams (2005) nos apresenta algumas delas, a saber: (1) um limite deve ser definido em termos de um núcleo central que teria precedência sobre ele, uma causa que o motivaria. Nesses termos, qual o limite do limite a ser defendido?; (2) não faria sentido falar em diferença pura, pois assim ela acabaria sendo tratada como algo cognoscível. Afinal, apenas algo que seja identificável pode ser questionável e, em

---

atemporal e natural. Nesse sentido, ao tratar a relação dos significantes com o sujeito logocêntrico, este apenas teria a capacidade de dar um sentido às coisas que já possuiriam um status objetivo e material.<sup>19</sup> A ideia logocêntrica permite a sustentação da dicotomia analisada anteriormente entre o que está dentro de tudo o mais que estaria fora. Dentro seria o lugar da verdade, da consciência, da razão, enquanto fora seria apenas um ambiente representacional, infiel ao verdadeiro, e por este motivo, periférico e irreal.

contrapartida, modificado; (3) a verdade pressupõe uma coerência e, portanto, algum tipo de núcleo duro; (4) ao se negar um núcleo, cai-se no relativismo, onde tudo passa a ser relativo. Se todas as reivindicações ocorrem em relação a crenças e valores diferentes, como podemos escolher justamente entre as diferentes reivindicações? Como podemos negar valores extremos?; e (5) o bem moral depende de um núcleo, uma verdade norteadora. Se tudo é relativo, devemos abandonar a moralidade? Muitos valores conquistados não podem ser meramente relativizados.

Os questionamentos vão de encontro às premissas centrais do pós-estruturalismo, e abarcam questões acerca do senso comum sobre a natureza da verdade e da moralidade humana. Essas objeções têm levado os pós-estruturalistas a uma reflexão crítica de seus argumentos. As respostas às críticas apresentadas podem ser resumidas, seguindo a ordem numérica, da seguinte maneira: (1) não há nenhum núcleo duro conhecido que não pressuponha algum limite. O limite viria em primeiro lugar, e não o núcleo, como afirmam os estruturalistas. A ordem, portanto, é inversa; (2) o sentido atribuído a algo é mais do que o conhecimento. Há coisas que despertam nosso interesse justamente pelo fato de não podermos identifica-los; (3) embora a ‘verdade’ pressuponha uma coerência, a variação das ‘verdades’ ou a ausência destas também torna algo coerente; (4) negar coisas absolutas, tais como um núcleo duro, não significa incorrer na negação da ação e aceitação de tudo de forma passiva; (5) longe de negar a ética e a moral, a defesa de um núcleo central das coisas é que seria capaz de esconder as diferenças. A supressão da moralidade se dá mais em virtude da busca por verdades fundacionais que exclua tudo o que estranho, do que a liberdade das coisas absolutas e opressoras (WILLIAMS, 2006).

## **O argumento pós-estruturalista**

O entendimento de que a realidade é discursivamente construída, e não pode ser entendida fora do aporte discursivo se constitui num dos principais argumentos pós-estruturais. Jacques

Derrida explica que o pensamento ocidental, considerado por ele como logocêntrico, não pode funcionar na base dos seus pressupostos. Como resultado, há uma verdadeira subversão da concepção do 'real'. Para ele, ainda que houve uma 'realidade' ou algo 'real', nós só teríamos acesso a ele por meio das nossas representações. Como consequência, o que se chama de 'real' nada mais é do que um efeito de representações. O discurso sobre a realidade estabelece o que é representado como possível e o que não é. Enquanto para os construtivistas a realidade é um ponto de referência, para os pós-estruturalistas essa referência nada mais é do que um ponto de vista que é representado (ZEHFUSS, 2002).

O pensamento ocidental, de acordo com Derrida, sempre foi estruturado por meio de dicotomias e polaridades: bem/mal, presença/ausência, certo/errado, identidade/diferença, natureza/cultura, fala/escrita. Essas oposições binárias não seriam iguais e nem independentes umas das outras, ou seja, só haveria o bem se considerarmos a existência do mal, da mesma forma a presença se ratificarmos a possibilidade da ausência. São conceitos constituídos por oposições, e geralmente o segundo polo é considerado ruim, negativo, indesejável do primeiro. Essa dicotomia fortalece a existência de uma ordem hierárquica. O que essas oposições fazem é conceber um juízo de valor e consequentemente um privilégio ao que seria aceitável em detrimento do que não seria.

Este pensamento, Derrida argumenta, pode ser claramente visto na forma como a fala é balizada em comparação com a escrita na filosofia ocidental. O imediatismo da fala, que encontra resposta automática a quem estiver ouvindo, é por isso considerada como superior à escrita, que seria uma representação imperfeita da fala. Nessa relação, à escritura caberia um lugar marginal, periférico em sua relação com a linguagem.

Contrariando essa lógica, Derrida (1973) argumenta que haveria uma contradição nesse pensamento. Para ele, ao tratar a escritura como secundária, no intuito de apenas representar a linguagem, não se havia considerado a possibilidade de o mesmo poder ser feito em relação à linguagem e o que ela representa. Ou

seja, esse pensamento negligencia o fato de que a mesma lógica representacional entre a linguagem e a escritura poder ser utilizada em ordem inversa, garantindo a ela o mesmo status. A dicotomia entre a linguagem e a escritura somente se torna possível quando se considera a relação dentro/fora nesse processo, ou seja, ‘dentro’ estaria a língua, enquanto a escrita estaria ‘fora’. Essa dicotomia é que sustentaria a relação. Mas não apenas isso, para que essa assertiva se sustente, é necessário que se exerça um juízo de valor nesse processo: o mundo interior seria o correto, contendo a essência verdadeira do significado das coisas, ao passo que o exterior, representado pela escritura, seria uma mera representação da primeira, sem necessária relação com o ‘real’. Nesses termos, seria possível uma ciência da língua, capaz de analisar o seu caráter representacional, o que não se aplicaria à escritura (DERRIDA, 1973; MENDES, 2008; ZEHFUSS, 2002).

Essa relação entre linguagem e escritura revela a necessidade de separação, pela cultura ocidental, do que é real em comparação ao abstrato. Haveria uma necessidade de se ter algo ‘real’, ‘palpável’, que ‘faça sentido’ e que seja ‘comprovável’ para que se firme como real em detrimento do que seria fábula. Zehfuss (2002), nesse sentido, ressalta: *‘No desejo de provar o valor de nossas ideias, por exemplo, nós ‘mostramos’, ‘revelamos’, ‘deixamos claro’ [lançamos luzes]. Em outras palavras, o que nós queremos é demonstrar como elas estão de acordo com a presença’*<sup>20</sup> (ZEHFUSS, 2002, p. 198, tradução nossa).

No entanto, essa necessidade do ‘real’, da presença, é colocada em cheque quando Derrida analisa a chamada ‘metafísica da presença’, que colocaria a representação como inferior ao ‘real’ e ‘presente’. A presença serviria como uma espécie de fundação segura para nossos pensamentos apenas se eles puderem ser puros, absolutos. No entanto, Derrida argumenta que não existe uma presença pura. Ao contrário, a noção de presença é apenas um efeito da diferença que é estabelecida por meio das dicotomias

---

<sup>20</sup> Texto original em inglês: In order to prove the worth of our ideas, for example, we ‘show’, ‘reveal’, ‘make clear’. In other words, we aim to demonstrate how they are in accordance with a presence.

criadas. É por meio das diferenças criadas que as coisas ganham sentido, são representadas.

Nesse sentido é que o pós-estruturalismo, tendo Derrida como fonte básica, afirma que não há nada fora do discurso. A realidade, tão buscada e incentivada pela filosofia ocidental, seria nada mais do que uma prática discursiva. Ora, se o discurso é própria realidade sendo construída, inferimos que nada existiria fora do discurso. Ele seria a única expressão pela qual o mundo se tornaria perceptível. Nesses termos, Campbell (2013) completa: “[...] *nada existe fora do discurso [e por isso] não há realidade*”<sup>21</sup> (CAMPBELL, 2013, p. 235, tradução nossa).

## Conclusão

O objetivo deste estudo foi contrapor o construtivismo e o pós-estruturalismo e como cada abordagem concebe a construção da realidade. O papel que a linguagem exercia sobre a construção da realidade até meados do final da década de 1980 era praticamente ignorado das análises internacionais. A crença em uma realidade apriorística lançava para um lugar marginal qualquer tentativa de inserção relativista dos fatos internacionais. Pin-Fat (1997) lembra que a inserção de questões discursivas ocupava lugar marginal pelo fato de o neorealismo, teoria majoritária nas RI, entender que o intelecto do pesquisador era distinto do que ele desejava pesquisar. Haveria uma separação entre o pesquisador e o objeto pesquisado.

Através das críticas, a linguagem passou a ser, então, o requisito por excelência para se compreender os discursos que geram nossas noções a respeito de como compreendemos a realidade e os fatos que nos rodeiam. Nesse sentido, os autores pós-estruturalistas defendiam que a linguagem permitiria propor novas questões e, com isso, acabar expandindo o campo de atuação dentro das RI, enquanto os construtivistas entendiam ser a realidade algo material, porém que apenas ganharia sentido

---

<sup>21</sup> Texto original em inglês: [...] everything is language [...] there is no reality.

mediante a linguagem, de forma coconstitutiva.

É importante destacar que não é do interesse deste artigo emitir sentenças sobre qual das abordagens é melhor, mas apenas chamar atenção à grande possibilidade analítica advinda dos argumentos teóricos. A depender de como cada abordagem interprete os fatos e a construção da realidade, os fenômenos nas Relações Internacionais se amparam analiticamente também.

## REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics. **European Journal of International Relations**, n. 3, v. 3, p. 319-363, 1997.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **The social construction of reality: a treatise in the Sociology of Knowledge**. London: Penguin Books, 1991.

BEST, Steven; KELLNER, Douglas. **Postmodern theory: critical interrogations**. New York: The Guilford Press, 1991.

BIERSTEKER, Thomas J.; WEBER, Cynthia. **State sovereignty as social construct**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BLUMER, Herbert. **Symbolic interactionism: perspective and method**. Berkeley: University of California Press, 1986.

CAMPBELL, David. Poststructuralism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations theory: discipline and diversity**. Oxford: Oxford University Press. Cap. 12, p. 223-246, 2013.

CARVALHO, Virgínia Donizete de; BORGES, Livia de Oliveira; RÊGO, Denise Pereira do. Interacionismo simbólico: Origens, Pressupostos e Contribuições aos Estudos em Psicologia Social. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 30, n. 1, p. 146-161.

CHECKEL, Jeffrey. The Constructivist Turn in International Relations Theory. **World Politics**, v. 50, n. 2, p. 324-348, 1998.

CHRISTIANSEN, Thomas; JORGENSEN, Erik Knud; WIENER, Antje. The social construction of Europe. **Journal of European Public Policy**, v. 6, n. 4, p. 528-544, 1999.

COPELAND, Dale C. The constructivist challenge to structural realism: a review essay. In: GUZZINI, Stefano; LEANDER, Anna. **Constructivism and international relations: Alexander Wendt and his critics**. Oxfordshire: Routledge, Cap. 1, p. 1-20, 2006.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Ianini Ribeiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectivas, 1995.

DESCARTES, René. **Discourse on Method and Meditations on First Philosophy**. 4. ed. Tradução de Donald A. Cress. Indiana: Hackett Publishing Company, Inc, 1998.

EDKINS, Jenny. **Poststructuralism and international relations: bringing the political back in**. London: Lynne Rienner Publishers, Inc, 1999.

FIERKE, K. M. Constructivism. In: DUNNE, Tim.; KURKI, Milja.; SMITH, Steve. **International Relations Theory: discipline and diversity**. Oxford: Oxford University Press, Cap. 10, p. 187-204, 2013.

GUZZINI, Stefano. **Power, realism and constructivism**. New York: Routledge, 2013.

HOPF, Ted. The promise of constructivism in International Relations theory. **International Security**, v. 23, n. 1, p. 171-200, 1998.

MENDES, Cristiano Garcia. **A construção do conceito de terrorismo. Análise dos discursos do ex-Primeiro-Ministro Tony Blair**. 2008. 233 p. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília. Programa de pós-graduação em Relações Internacionais, Brasília.

ONUF, Nicholas Greenwood. **World of our making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

PEOPLES, Colomba; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. Poststructuralism and international political sociology. In: PEOPLES, Colomba; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. **Critical Security Studies: an introduction**. Oxfordshire: Routledge, Cap. 4, p. 62-74, 2010.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIN-FAT, Véronique. Why Aren't We Laughing?: Grammatical Investigations in World Politics. **Politics**, v. 17, n. 2, p. 79-86, 1997.

POULIOT, Vincent. The essence of constructivism. **Journal of International Relations and Development**, v. 7, n. 3, p. 319-336, 2004.

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. **The logic of comparative social inquiry**. New York: Krieger Publishing Company, 1982.

- REUS-SMITH, Christian. Constructivism. In: BURCHILL, Scott. et al. **Theories of international relations**. New York: Palgrave Macmillan, Cap. 8, p. 188-212, 2005.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SEARLE, John R. **The construction of social reality**. New York: Simon & Schuster Inc, 1995.
- STURROCK, John. **Structuralism**. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2003.
- WALDROP, Mitchell M. **Complexity: the emerging science at the edge of order and chaos**. New York: Simon & Schuster, 1992.
- WIENER, Antje. Constructivism: the limits of bridging gaps. **Journal of International Relations and development**, v. 6, n. 3, p. 252-275, 2003.
- WILLIAMS, James. **Understanding poststructuralism**. Chesham: Acumen, 2006.
- ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in International Relations. The politics of reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- ZEHFUSS, Maja. Critical Theory, Poststructuralism, and Postcolonialism. In: CARLSNAES, Walter (ed.); RISSE, Thomas (ed.); SIMMONS, Beth (ed.). **Handbook of International Relations**. London: SAGE Publications, Cap. 6, p. 145-169, 2013.